# AUDIÊNCIA PUBLICA









#### Audiência Pública – Plano Diretor



## COMISSÃO DE OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS, MEIO AMBIENTE E OUTRAS ATIVIDADES

Biênio 2025-2026

Vereador Maicon Siqueira - Presidente

Vereador Clebinho Jogador - Membro

Vereador Carlos Tatto - Membro













#### Objetivo da apresentação



- Apresentar, de forma didática, o Projeto de Lei do Plano Diretor (PLC nº 013/2025).
- Apresentar conceitos e impactos práticos para munícipes, empreendedores e servidores.
- Ouvir contribuições da população e dos vereadores.













#### O que é Plano Diretor?



- Lei que orienta o desenvolvimento urbano e rural do Município para os próximos anos.
- Define diretrizes de uso e ocupação do solo, proteção ambiental, mobilidade, habitação e infraestrutura.
- Base na Constituição Federal, Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001) e Lei
  Orgânica Municipal.











#### Por que este Plano Diretor agora?



- Atualização de normas e parâmetros urbanísticos para acompanhar o crescimento local.
- Integração com planos setoriais (saneamento, mobilidade, habitação, meio ambiente).
- Cumprimento do calendário de revisão e atendimento a decisões e recomendações técnicas.











#### Como o Projeto está estruturado (visão geral)

- ► Títulos, capítulos e seções organizando princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos.
- Regras específicas para macrozonas/zonas urbanas e rurais.
- Dispositivos sobre participação social, implementação, monitoramento e revisão.













#### Princípios e diretrizes-chave (resumo)



- ► Função social da cidade e da propriedade.
- Sustentabilidade ambiental e climática; proteção de mananciais.
- Inclusão social, acesso à moradia e regularização fundiária.
- Desenvolvimento econômico local e geração de emprego e renda.
- ► Gestão democrática com participação popular.













#### Macrozonas (síntese didática)



**DIRETOR** 

- Permanência: macrozonas são permanentes (espinha dorsal do ordenamento).
- Exceção (MCRA): revisável por análise técnica multidisciplinar quando houver expansão das compensações anuais e mudança normativa (Lei Est. 12.233/2006; Dec. 51.686/2007).
- <u>Vedação</u>: proibida a criação de novas macrozonas de urbanização/transição contra a legislação estadual de mananciais; é nula ampliação indireta via alteração de zoneamento.
- Ação revisora: classificar/delimitar/ampliar/excluir zonas e macrozonas só pela ação revisora do Poder Público; exceções: ampliação da MCRA e da Macrozona de Restrição à Ocupação por Infraestrutura, quando compatíveis com as diretrizes do Plano.
  Revisão anual: MCRA revisada anualmente com base em levantamento
  - <u>Revisão anual:</u> MCRA revisada anualmente com base em levantamento georreferenciado e relatório técnico.



COMISSÃO DE OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS, MEIO AMBIENTE E OUTRAS ATIVIDADES





#### Macrozonas (Art. 30, §3°)



- ▶ I Urbanização Consolidada: SUC e SUCt.
- ▶ II Especial Corredor: SEC, subtraídas as áreas destinadas à MCRA.
- ▶ III Ocupação Diferenciada: SOD, subtraídas as áreas destinadas à MCRA.
- ▶ IV Envoltória da Represa: SER, subtraídas as áreas destinadas à MCRA.
- V Baixa Densidade: SBD, subtraídas as áreas destinadas à MCRA







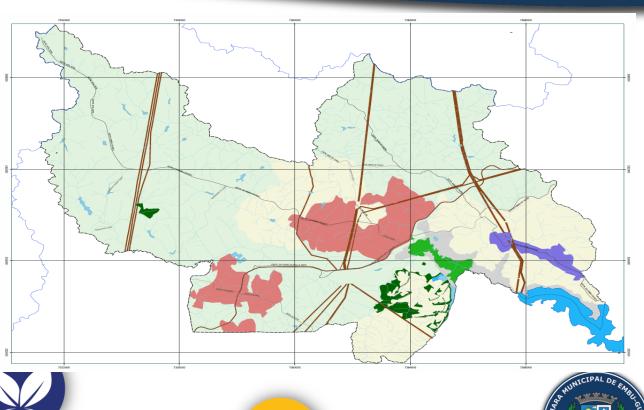






#### Macrozonas e mapeamento





#### Macrozoneamento:

Macrozona de Baixa Densidade - MBD

Macrozona de Compensação Ambiental - MCA

Macrozona de Ocupação Diferenciada - MOD

Macrozona de Restrição de Ocupação por Infraestruturas - MROI

Macrozona Envoltória da Represa - MER

Macrozona Especial Corredor - MEC

Macrozona Urbana Consolidada

Represas

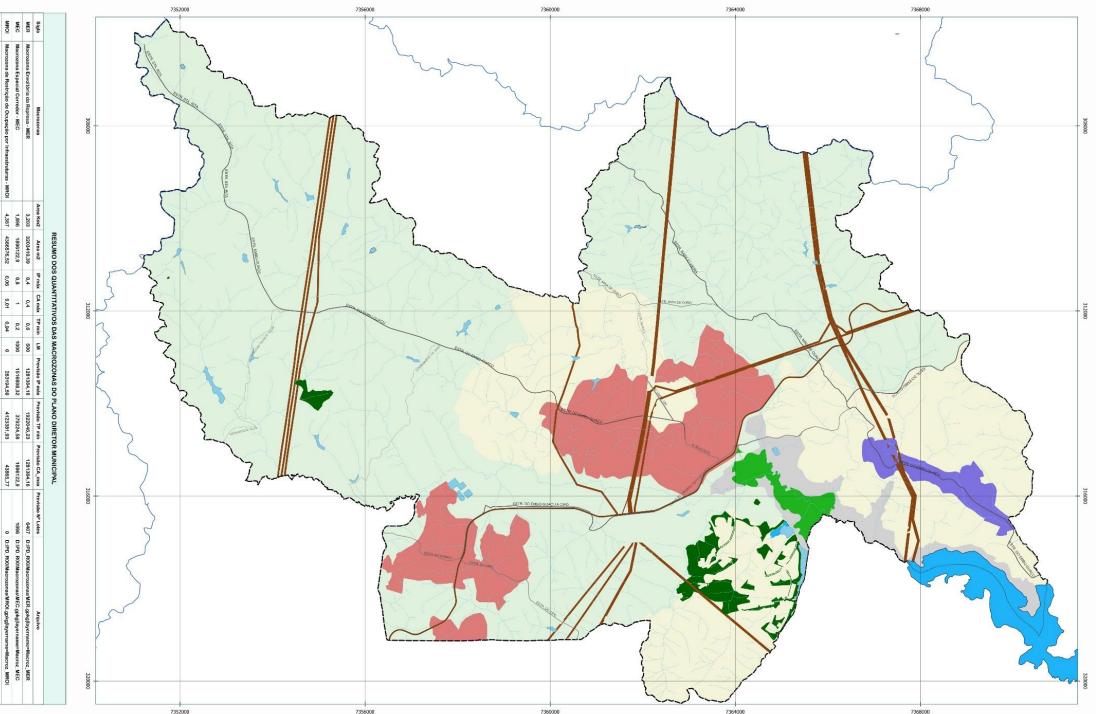
Unidade Conservação - UC





COMISSÃO DE OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS, MEIO AMBIENTE E OUTRAS ATIVIDADES

# Embu Guaçu - SP







#### Habitação, ZEIS e regularização fundiária



- Criação/atualização de ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social) para moradia popular.
- Fomento à produção habitacional e melhoria de assentamentos precários.
- Instrumentos de regularização fundiária e urbanística (REURB), quando cabível.













#### Meio ambiente e proteção de mananciais

- Diretrizes para proteção de APPs, cursos d'água e nascentes.
- ► Compatibilização entre ocupação e conservação, com critérios de licenciamento.
- Integração com Plano Municipal de Saneamento, drenagem urbana e gestão de resíduos.













#### Mobilidade urbana e acessibilidade



- Hierarquia viária, segurança no trânsito e incentivo a modos ativos (a pé/bicicleta).
- Integração com transporte coletivo regional e pontos de conexão (terminais/estações).
- Acessibilidade universal em espaços públicos e equipamentos.













- Áreas vocacionadas para comércio, serviços e pequenas indústrias compatíveis.
- Apoio ao empreendedor local e simplificação urbanística onde for possível e legal.
- Compatibilização com proteção ambiental e qualidade de vida.







COMISSÃO DE OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS, MEIO AMBIENTE E OUTRAS ATIVIDADES







## Instrumentos urbanísticos previstos (exemplos)

- Outorga Onerosa do Direito de Construir (quando ultrapassar o coeficiente básico).
- ▶ IPTU progressivo no tempo e desapropriação com títulos (para imóveis não edificados/subutilizados).
- Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) para empreendimentos com potencial impacto.
- Direito de preempção, operações urbanas consorciadas (se aplicáveis).













#### Como funciona o EIV (exemplo simples)



**DIRETOR** 

- ► Empreendimento de grande porte deve apresentar estudo de impactos (trânsito, sombras, ruído etc.).
- Medidas mitigadoras/compensatórias podem ser exigidas (vias, calçadas, arborização, horários).
- Transparência: divulgação em audiência/publicação, conforme o PLC e legislação correlata.













#### Patrimônio cultural e áreas verdes



- Proteção e valorização de bens culturais, memória local e paisagem urbana.
- Rede de parques, praças e corredores ecológicos.
- Diretrizes para arborização urbana e bem-estar.













#### Equipamentos e serviços públicos



- ► Localização e qualificação de escolas, postos de saúde, CRAS/CREAS, áreas esportivas.
- Critérios para doação/aceitação de áreas e implementação de polos de serviços.
- Integração com planejamento orçamentário (PPA, LDO, LOA).













#### Implementação, monitoramento e revisão



- Relatórios periódicos e conselho/instância de acompanhamento.
- Revisão obrigatória a cada 10 anos + avaliação quadrienal.
- Até 24 meses para regulamentar/atualizar Zoneamento, Código de Obras,
  PlanMob, PMSB, Plano de Drenagem, etc.















#### O que muda na prática?



#### **Antes**

- Parâmetros urbanísticos defasados e menor integração com planos setoriais.
- Menor detalhamento para ZEIS/EIV e instrumentos de indução.
- Regras pouco claras para macrozonas e expansão.













#### O que muda na prática?



#### Depois (proposta do PLC)

- Atualização de parâmetros e integração com saneamento, mobilidade e habitação.
- Regras mais claras para ZEIS, EIV e instrumentos como outorga onerosa.
- Mapeamento de macrozonas e diretrizes por área, com proteção ambiental.





COMISSÃO DE OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS, MEIO AMBIENTE E OUTRAS ATIVIDADES



### Regras de transição e regularização (seções específicas)



- Como ficam licenciamentos em andamento e situações consolidadas.
- Prazos e critérios para adequação de atividades existentes.
- ► Regularização fundiária e edilícia conforme dispositivos do PLC.















## Participação popular e audiências públicas

- Etapas de participação durante a tramitação na Câmara (edital, inscrição, manifestação).
- Canais para envio de sugestões/escritas e falas na audiência.
- Compromisso de transparência e registro em ata, com publicação dos documentos.















# AUDIÊNCIA PUBLICA



